

Interseccionalidade e ativismos alimentares de mulheres negras no Brasil

Arthur Saldanha dos Santos¹  0000-0002-3452-8669

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil. 91501-970 - atendimento-ppgifch@ufrgs.br



Resumo: A insegurança alimentar e nutricional no Brasil revela desigualdades estruturais atravessadas por raça, classe e gênero, afetando de forma mais intensa mulheres negras em situação de pobreza. Este artigo discute como a luta por equidade de gênero, articulada às dimensões racial e social, pode contribuir para a superação das desigualdades alimentares. A partir da análise de quatro organizações, evidencia-se que os ativismos alimentares protagonizados por mulheres negras mobilizam estratégias coletivas de resistência e participação política, apontando caminhos para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Ativismo alimentar; interseccionalidade; mulheres negras; sistema alimentar; Políticas Públicas.

Intersectionality and food activism of black women in contemporary Brazil

Abstract: Food and nutritional insecurity in Brazil reveal structural inequalities that are intertwined by race, class, and gender, and that affect black women living in poverty more intensely. This article discusses how the fight for gender equity, articulated with racial and social dimensions, can contribute to overcoming food inequalities. Based on the analysis of four organizations, it is evident that food activism led by black women mobilizes collective strategies of resistance and political participation, pointing the way to the construction of more just and inclusive public policies.

Keywords: Food activism; Intersectionality; Black women; Food system; Public policy.

Interseccionalidad y activismo alimentario de mujeres negras en el Brasil contemporáneo

Resumen: La inseguridad alimentaria y nutricional en Brasil revela desigualdades estructurales entrelazadas con la raza, la clase y el género, que afectan con mayor intensidad a las mujeres negras en situación de pobreza. Este artículo analiza cómo la lucha por la equidad de género, articulada con las dimensiones raciales y sociales, puede contribuir a la superación de las desigualdades alimentarias. A partir del análisis de cuatro organizaciones, se evidencia que el activismo alimentario liderado por mujeres negras moviliza estrategias colectivas de resistencia y participación política, señalando el camino hacia la construcción de políticas públicas más justas e inclusivas.

Palabras clave: Activismo Alimentario; Interseccionalidad; Mujeres Negras; Sistema Alimentario; Políticas Públicas.

Da expropriação à necropolítica: os rostos da insegurança alimentar no Brasil

Nos últimos anos, uma grave crise alimentar tem afetado diversos países, incluindo o Brasil, como apontam relatórios recentes de organismos internacionais (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2022; Global Network Against Food Crises, 2023). Embora o problema do acesso a alimentos de qualidade seja estrutural e historicamente presente, sua intensificação no contexto recente está relacionada a múltiplos fatores, como a pandemia da Covid-19, o aumento da inflação e a redução do poder aquisitivo da maior parte da população brasileira (Food for Justice, 2022). Contudo, os efeitos da crise alimentar não se distribuem de forma homogênea. No Brasil, essa

realidade é profundamente marcada por desigualdades interseccionais de raça, classe e gênero, atingindo com mais força as mulheres negras em situação de pobreza e, por extensão, todas as pessoas que delas dependem, especialmente seus filhos e filhas (PENSSAN, 2023).

Além das incontáveis vidas ceifadas pela pandemia da Covid-19, o Brasil enfrentou, nos últimos anos, uma confluência de crises que acentuaram ainda mais a vulnerabilidade de amplas parcelas da população. A combinação entre colapso sanitário, recessão econômica, desmonte de políticas públicas e crescente instabilidade política levou o país de volta ao Mapa da Fome, segundo dados da FAO (2022). A insegurança alimentar e nutricional atingiu patamares alarmantes, revelando a profundidade das desigualdades históricas no acesso à alimentação adequada (Silvana Oliveira da Silva *et al.*, 2022). Esse cenário se agravou no contexto do governo Bolsonaro, cuja condução das políticas públicas foi marcada por ações de desresponsabilização do Estado e de desmonte institucional, práticas que podem ser compreendidas à luz do conceito de necropolítica,¹ conforme formulado por Achille Mbembe (2018), ou seja, como a administração da morte e da vida por meio da omissão ou direcionamento seletivo de cuidados e recursos.

O desmonte das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil teve, no governo Bolsonaro (2019-2022), um de seus marcos mais significativos no esvaziamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), rebatizado em 2021 como Programa Alimenta Brasil (PAB). Criado em 2003, no contexto do Fome Zero, o PAA constituiu-se como uma das políticas mais inovadoras de combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar, ao articular o acesso a alimentos saudáveis para populações vulnerabilizadas com o estímulo à produção local e à economia solidária (Grisa; Schneider, 2015). No entanto, a partir de 2016, com o golpe parlamentar e o início de uma agenda de austeridade fiscal, o programa começou a sofrer cortes orçamentários severos, que se intensificaram no período bolsonarista. Em 2020, em plena pandemia de Covid-19, o orçamento autorizado do PAA atingiu o patamar mais baixo da série histórica desde sua criação, comprometendo severamente a capacidade de resposta do Estado frente ao avanço da insegurança alimentar (PENSSAN, 2023). A substituição simbólica do nome para “Alimenta Brasil”, ocorrida sem diálogo com os movimentos sociais e sem reformulação estruturante do programa, indicou um esvaziamento político do PAA e sua desvinculação dos princípios da soberania e segurança alimentar consagrados na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Segundo Éric Sabourin *et al.* (2022), o governo Bolsonaro promoveu não apenas cortes orçamentários, mas também um apagamento institucional dos mecanismos de participação social, como o Consea, rompendo com a lógica intersetorial e democrática que caracterizava o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O resultado foi a perda de um dos instrumentos mais estratégicos para a promoção da alimentação adequada e saudável, afetando, sobretudo, comunidades rurais, povos tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade, e contribuindo diretamente para o retorno do Brasil ao Mapa da Fome (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2022). Assim, o enfraquecimento do PAA/PAB durante o período mencionado deve ser compreendido como parte de uma política deliberada de retração do Estado nos direitos sociais, com efeitos profundos sobre os sistemas alimentares e as desigualdades estruturais do país.

A persistência da fome no Brasil, que atinge de forma desproporcional mulheres negras e pobres, revela o caráter estrutural da desigualdade que conforma o sistema alimentar nacional. Essa realidade não pode ser dissociada de um processo histórico de expropriação territorial e racialização da pobreza, que atinge com especial intensidade o campesinato negro (Otávio Guilherme Velho, 2009; Flávio Gomes, 2016).² Ao serem marginalizadas no acesso a terra, aos recursos produtivos e aos direitos sociais, as mulheres negras, tanto em contextos rurais quanto urbanos, tornam-se os rostos mais visíveis da insegurança alimentar. Sua vulnerabilidade é agravada por um sistema que combina sexismo, racismo e desigualdade de classe, colocando-as em uma posição central tanto na linha de frente da produção e preparo dos alimentos quanto no enfrentamento cotidiano da escassez. O mapa da fome, portanto, coincide com o

¹ Necropolítica é um conceito que busca caracterizar a situação pela qual uma pessoa em exercício de soberania recorre ao discurso de ordem, ou ausência dele, para controlar a mortalidade e a própria definição sobre vida – a escolha de quem vive e quem morre. Essa ação nefasta, geralmente, busca reforçar e promover a segregação, estereótipos ou o uso de ferramentas e mecanismos de exclusões que desembocam no extermínio de determinados grupos e populações de maneira legitimada.

² Nesse sentido, reconhecer o campesinato negro – em especial as comunidades quilombolas e as mulheres que protagonizam essas territorialidades – como sujeito político e detentor de direitos é condição fundamental para reverter esse quadro. Como mostra Gomes (2016), os quilombos históricos foram territórios de resistência e de criação de formas próprias de organização da vida, incluindo práticas agrícolas sustentáveis e solidárias. No entanto, os processos contemporâneos de grilagem, avanço do agronegócio e morosidade na titulação de territórios tradicionais seguem inviabilizando essas formas de existência. A negação sistemática dos direitos territoriais impacta diretamente a capacidade dessas comunidades de produzir, acessar e distribuir alimentos de maneira autônoma, aprofundando a fome e a insegurança alimentar. Além disso, a invisibilização das contribuições do campesinato negro para a soberania alimentar nacional evidencia o racismo epistêmico que permeia as instituições e os discursos hegemônicos sobre agricultura e desenvolvimento.

mapa da exclusão territorial e racial, o que exige uma abordagem interseccional das políticas públicas de combate à insegurança alimentar.

Frente a esse cenário, emergiram e se intensificaram mobilizações de movimentos sociais, coletivos e redes articuladas da sociedade civil, que passaram a atuar ativamente na denúncia da fome e na proposição de soluções concretas para o enfrentamento da insegurança alimentar, sobretudo a partir de uma perspectiva de justiça social (Food for Justice, 2022). Essas ações não se limitam à distribuição emergencial de alimentos, mas abarcam, também, a produção de diagnósticos, o tensionamento das políticas públicas e a promoção de modelos alternativos de abastecimento, enraizados na soberania alimentar e nos direitos humanos. O fortalecimento desses movimentos, em especial aqueles liderados por mulheres negras e periféricas, evidencia não apenas a resistência diante da omissão estatal, mas também a produção de conhecimento e prática política oriunda das margens – um campo fértil para o avanço das agendas de equidade alimentar no Brasil (Motta, 2021).

A centralidade adquirida pela temática da fome e da insegurança alimentar nos debates eleitorais presidenciais recentes no Brasil evidencia o protagonismo crescente de atores da sociedade civil organizada, de movimentos sociais e de instituições acadêmicas na conformação de uma agenda pública orientada pelos princípios da justiça alimentar. Conforme apontam Paulo Niederte (2023), Camila Penna e Ana Beatriz Lopes (2023), esse movimento de articulação ampliada tem tensionado as políticas alimentares tradicionais, indicando que sua efetividade depende de uma abordagem que vá além da mera provisão de alimentos. Renata Motta (2021) defende que a persistência das desigualdades alimentares, que atinge de forma mais aguda mulheres negras em situação de pobreza, não pode ser compreendida nem enfrentada de modo eficaz sem considerar a intersecção entre raça, classe e gênero. Isso implica reconhecer que os sistemas alimentares estão imersos em estruturas históricas de opressão, dominação e exclusão (Sueli Carneiro, 2023), e que políticas públicas desenhadas sem atenção a essas camadas interseccionais tendem a reproduzir ou até acentuar as desigualdades existentes. Nesse sentido, torna-se indispensável mapear e compreender as realidades alimentares a partir das suas especificidades territoriais, culturais e sociais, valorizando os saberes e as práticas construídos pelos sujeitos historicamente marginalizados.

O presente artigo se debruça sobre os ativismos de quatro organizações: Movimento Afro Vegano (MAV), Ação da Cidadania, Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) e Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional (MNSSAN). Esses casos revelam diferentes expressões do ativismo alimentar no Brasil que, embora convergentes em seus compromissos com justiça social e superação das desigualdades, operam a partir de enfoques e estratégias distintas, configurando um campo heterogêneo de disputas e construções políticas em torno da alimentação.

O MAV se insere em um ativismo alimentar que tensiona as epistemologias hegemônicas da alimentação a partir do afroveganismo como proposta política e identitária. Ao relacionar práticas alimentares com as lutas antirracistas, anticoloniais e de promoção da saúde da população negra, o MAV propõe uma ruptura com paradigmas eurocentrados da alimentação e da nutrição, trazendo à cena saberes afrocentrados e a crítica à necropolítica alimentar (Arthur Saldanha dos Santos, 2022). O seu engajamento está profundamente articulado à justiça cognitiva e à soberania alimentar como instrumentos de emancipação.

Já a Ação da Cidadania, historicamente voltada ao combate à fome, representa um modelo de ativismo institucionalizado que, embora com raízes em mobilizações da sociedade civil, tem dialogado com políticas públicas e programas estatais (Ação da Cidadania, 2023). Sua atuação atual aponta uma inflexão estratégica: da assistência emergencial para um engajamento mais estrutural nas disputas por políticas alimentares inclusivas, incorporando recortes interseccionais de raça, classe e gênero. Essa ampliação do escopo discursivo e prático coloca a organização em interlocução com agendas de justiça alimentar mais amplas, mas mantendo certa centralidade na lógica da segurança alimentar.

A AMNB e a MNSSAN, por sua vez, explicitam um ativismo de base territorial e interseccional, centrado nas experiências e trajetórias de mulheres negras. Ambas redes articulam pautas de gênero, raça e território em seus enfrentamentos das desigualdades alimentares. A AMNB atua de forma incisiva para garantir visibilidade e protagonismo político das mulheres negras nos espaços decisórios das políticas públicas, operando como um agente de democratização da governança alimentar (AMNB, 2022). A MNSSAN, por outro lado, enfatiza práticas e saberes agroecológicos, valorizando formas tradicionais e comunitárias de produção e abastecimento como estratégias de resistência à violência estrutural e ao racismo ambiental (MNSSAN, 2023).

Do ponto de vista analítico, essas quatro organizações operam em escalas e registros diferentes – do identitário ao institucional, do comunitário ao nacional –, mas todas compartilham o entendimento de que a alimentação é um campo de disputa política e cultural. Elas deslocam o debate da segurança alimentar para o da justiça alimentar e da soberania dos corpos e territórios, reivindicando que políticas alimentares não sejam apenas instrumentos de acesso,

mas dispositivos de reconhecimento e redistribuição. Suas trajetórias reforçam que o ativismo alimentar contemporâneo, sobretudo quando protagonizado por sujeitos racializados e historicamente marginalizados, não se limita à defesa do direito à comida, mas à construção de mundos possíveis onde a comida é veículo de liberdade, memória e futuro.

O objetivo deste artigo é discutir como a superação das desigualdades alimentares pode ser alcançada a partir da luta por equidade de gênero, já que as mulheres negras e pobres são as que mais sofrem com essas desigualdades. Além dessa apresentação mais geral sobre o cenário de desigualdade alimentar no Brasil, o manuscrito está dividido em outras cinco seções. A seguir, é discutido o cenário brasileiro, com destaque para os problemas no acesso aos alimentos e a situação de insegurança alimentar na América Latina e Caribe, com atenção especial para o caso do Brasil e sua persistência no quadro de fome desigual. Na sequência, são apresentados os percursos metodológicos do estudo. Adiante, o recorte de classe, raça e gênero é relacionado com a noção de ativismo alimentar, tendo como parâmetro a abordagem interseccional e os estudos do feminismo negro sobre direitos civis. Posteriormente, são apresentadas algumas experiências que seguem positivamente na luta por equidade de gênero nos sistemas alimentares. Finalmente, o texto encerra apontando possíveis caminhos na construção de políticas para superar a insegurança alimentar das mulheres negras.

A fome persiste e tem gênero, cor e classe

Agravados pela pandemia da Covid-19 e a guerra na Ucrânia, os índices de pobreza e extrema pobreza nas regiões do Caribe e América Latina bateram recorde nos últimos anos, motivados em certa medida pela inflação. O Relatório da Cepal (Cepal, 2022) aponta que, no segundo semestre de 2021, a sub-região alcançou uma inflação de 6,6% e, em abril de 2022, 8,1%. O aumento dos preços fez a grande maioria das pessoas, particularmente as mais pobres, sofrerem com a limitação do poder de compra, direcionando significativamente suas escolhas para produtos mais acessíveis que, por vezes, são menos saudáveis.³ Além do mais, o quadro de insegurança alimentar também pode ser caracterizado pela redução na variedade dos itens adquiridos, já que as pessoas afetadas deixam de consumir determinados produtos, assim como reduzem a frequência no número de refeições diárias ingeridas.

Uma matéria publicada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS), em maio de 2022, aponta que mudanças significativas ocorreram nos últimos anos nos padrões de aquisição de alimentos no Brasil. Os resultados indicam que houve um aumento no consumo de ultraprocessados e que isso está relacionado com o quadro grave de insegurança alimentar instaurado, já que a limitação do poder de compra, conforme mencionado, afeta particularmente as escolhas dos mais pobres. Os alimentos ultraprocessados geralmente são ricos em gorduras, açúcares e são relacionados ao desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão, obesidade e diabetes, de tal modo que a aparente inação do governo Bolsonaro para reverter o problema revelou-se, na verdade, uma necropolítica de desmonte do aparato estatal que garantia o direito humano à alimentação. Atrelado a isso, é importante salientar que as políticas públicas de saúde têm sido aplicadas sem considerar as intersecções presentes nos marcadores sociais e nos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), implicando, por exemplo, a multidimensionalidade da obesidade apenas a aspectos biológicos (Lorrany Santos Rodrigues; Nayara Garcez Miranda; Danielle Cabrini, 2023).

Para mensurar a escalada da fome no Brasil, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) realizou o 2º Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II Vigisan). Os dados desse inquérito confirmaram que, entre dezembro de 2020 a abril de 2022, ainda no governo Bolsonaro, 14 milhões de brasileiros migraram para a situação de fome, compondo um total de 33,1 milhões. Tais dados também são reveladores de desigualdades alimentares em termos de raça, classe e gênero: 65% dos lares chefiados por pessoas pretas/pardas convivem com restrição no acesso a alimentos; 49,1% informaram viver em situação de endividamento e passaram por insegurança

³ Há uma relação estrutural entre o avanço do consumo de alimentos ultraprocessados e o uso intensivo de agrotóxicos no Brasil. A produção de ingredientes-base desses alimentos – como milho, soja, trigo e cana – é majoritariamente realizada em sistemas de monocultura em larga escala, altamente dependentes de insumos químicos. Esse modelo de produção, orientado pela lógica do agronegócio exportador e da agroindústria, contribui para a contaminação ambiental e para o comprometimento da saúde pública, inclusive por meio de resíduos nos alimentos e na água. Ao mesmo tempo, a disseminação dos ultraprocessados, impulsionada por grandes corporações e estratégias agressivas de marketing, promove dietas nutricionalmente pobres e desloca padrões alimentares baseados em alimentos in natura ou minimamente processados (Carlos Monteiro *et al.*, 2019). Assim, consumo alimentar e modelo agroprodutivo tornam-se dimensões indissociáveis para a compreensão das desigualdades alimentares e sanitárias contemporâneas (MONTEIRO, Carlos A.; CANNON, Geoffrey; LEVY, Renata B.; MOUBARAC, Jean-Claude; LOUZADA, Maria Lc; RAUBER, Fernanda; KHANDPUR, Neha; CEDIEL, Gustavo; NERI, Daniela; MARTINEZ-STEEL, Euridice; BARALDI, Larissa G.; JAIME, Patricia C. "Ultra-processed foods: what they are and how to identify them". *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019).

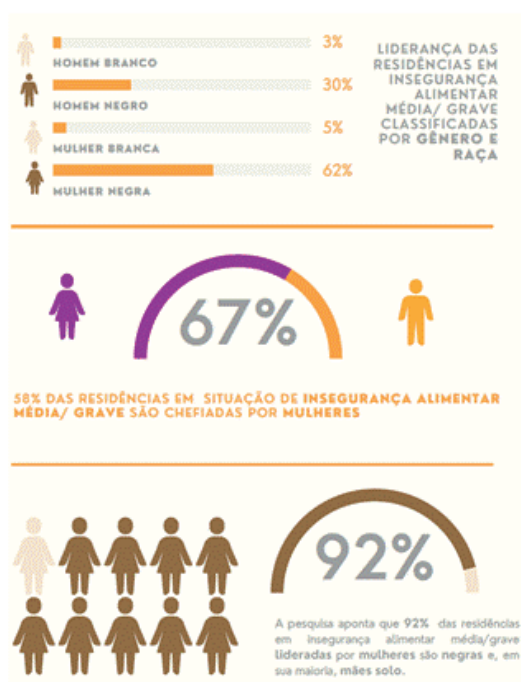
alimentar moderada grave; e passou de 11,2% para 19,3% o percentual de pessoas em situação de fome nas casas comandadas por mulheres.

Com caráter complementar ao II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, o Suplemento II sobre a Insegurança Alimentar, lançado em junho de 2023, reforça que a situação de insegurança alimentar grave entre as pessoas negras é maior, acometendo um em cinco lares. Em outros termos, dos 10 lares chefiados por pessoas negras ou pardas, 6 convivem com algum grau de insegurança alimentar, sendo que nos níveis moderados e graves, que são caracterizados pela restrição de alimentos, os indicadores apontam que 34,4% condizem com lares que têm à frente pessoas pardas e 39,1% são unidades com pessoas negras como referência. De modo mais abrangente, nas condições de desemprego essa realidade de desigualdade alimentar tende a ser agravada, já que os dados evidenciaram importantes diferenciações por gênero ao indicarem que a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, tem sido mais frequente em domicílios chefiados por mulheres negras (39,5%) e por homens negros (34,3%).

Com enfoque nas desigualdades alimentares no contexto de pandemia, uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa *Food for Justice* aponta que a situação de insegurança alimentar afetou 59,4% dos domicílios brasileiros em 2020. O estudo verificou ainda que a pandemia contribuiu para a mudança nos padrões de consumo das pessoas, indicando a redução no consumo diário de carnes, hortaliças, legumes e frutas. Entre os domicílios que fizeram parte do estudo, aqueles chefiados por mulheres negras (50,1%), com renda de até meio salário mínimo *per capita* (51,1%), formação educacional até o Ensino Fundamental (41,5%), apresentaram maior grau de insegurança alimentar e condições caracterizadas como violação dos direitos humanos à alimentação.

Outros estudos também destacam importantes fatores relacionados à persistência da crise alimentar no Brasil. É o caso de uma pesquisa sobre a insegurança alimentar realizada em Salvador - BA, entre 2018 e 2020 (Silva *et al.*, 2022), a qual aponta que dentre os principais fatores relacionados a essa condição destacam-se a baixa renda, residir na região norte e nordeste do país, e morar em quartos individuais, mas, principalmente, ser da raça negra/parda e pertencer ao gênero feminino (Figura 1). Os dados também indicam que a insegurança alimentar e nutricional não resulta apenas da desigualdade no acesso aos alimentos, mas está imbuída de preconceito, exclusão e hierarquias que se orientam, principalmente, contra as mulheres negras pobres.

Figura 1 – Dados gerais da pesquisa sobre insegurança alimentar em Salvador - BA, entre 2018 e 2020



Fonte: Elaborado a partir de Silva *et al.* (2022).

#PraTodoMundoVer A imagem representa dados em percentual sobre as diferenças em termos gênero e raça no quesito insegurança alimentar. São três divisões na figura: a primeira é relativa às lideranças das unidades familiares, ordenadas em desenhos com a figura masculina branca, a imagem masculina negra, a representação feminina branca e a ilustração feminina negra; a segunda divisão é um comparativo da situação de insegurança alimentar entre mulheres e homens; finalmente, a última divisão representa a proporção de mulheres negras em situação de insegurança alimentar quando comparadas com as mulheres brancas, sendo nove casas chefiadas por mulheres negras para cada uma residência comandada por mulheres brancas.

A desigualdade racial e de gênero tem contribuído para que as mulheres negras revelem altos índices de trabalho informal, baixos níveis de escolaridade, acesso precário ao saneamento básico e sejam as principais vítimas de homicídios e feminicídios (Silva *et al.*, 2022). Além disso, a representação política é um problema para esse grupo social, tendo em vista que as mulheres negras são a minoria nas posições de poder e liderança.

Em suma, os retratos da fome demonstram como a mulher negra enfrenta a solidão para chefiar a família e enfrentar as desigualdades sociais relacionadas com as oportunidades de estudo e emprego, já que, em sua maioria, precisa lidar com trabalhos informais, desvalorizados e subjugados. Assim, a desigualdade racial e salarial entre os gêneros é um importante fator para a análise da persistência da insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

Caminhos metodológicos: critérios de seleção e análise das organizações

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-interpretativo, centrada na análise de quatro organizações que articulam práticas e discursos de ativismo alimentar no Brasil contemporâneo: o Movimento Afro Vegano (MAV), a Ação da Cidadania, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e a Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional (MNSSAN). A escolha dessas quatro organizações não se deu de forma aleatória, mas decorre de critérios teórico-metodológicos orientados por uma perspectiva interseccional, antirracista e decolonial aplicada ao campo da alimentação.

Em primeiro lugar, optou-se por um recorte intencional e representativo, a fim de abarcar diferentes formas de ativismo alimentar articuladas em torno da luta contra desigualdades estruturais, sobretudo aquelas relacionadas a raça, gênero e classe. O MAV representa uma forma emergente e identitária de ativismo afrocentrado, enquanto a Ação da Cidadania expressa um modelo mais consolidado, de amplitude nacional, com histórico de incidência em políticas públicas. Já a AMNB e a MNSSAN constituem redes de mulheres negras que articulam ativismos territoriais e institucionais com forte dimensão interseccional e comunitária.

A opção por quatro organizações visou permitir uma comparação analítica em profundidade, sem perder a complexidade das singularidades de cada caso. A intenção não foi traçar um panorama exaustivo do ativismo alimentar no Brasil, mas, sim, construir um *corpus* representativo de experiências que ilustram diferentes estratégias, linguagens e escalas de mobilização em torno da justiça alimentar. Assim, a seleção buscou variação interna (quanto aos quesitos perfil, escopo, temporalidade e estrutura das organizações) e coerência temática (todas trabalham direta ou indiretamente com políticas e práticas alimentares sob uma ótica crítica e interseccional).

Os dados foram levantados a partir de análise documental, observação digital e revisão bibliográfica. Foram consultados materiais institucionais das organizações (sites, relatórios, postagens em redes sociais, campanhas e manifestos), além de entrevistas públicas, falas em eventos e produções acadêmicas associadas às iniciativas. Também foram utilizados registros etnográficos e anotações em cadernos de campo produzidos ao longo de atividades vinculadas a projetos de pesquisa e extensão universitária com os quais o autor esteve envolvido entre 2020 e 2023. Essa triangulação de fontes permitiu ampliar a confiabilidade dos dados e capturar nuances das práticas e discursos das organizações em diferentes contextos de atuação.

A análise foi conduzida a partir de uma perspectiva crítico-interpretativa, orientada por categorias como práticas sociais, repertórios de ação, eixos interseccionais, valores orientadores e perspectiva política, buscando compreender de que forma as organizações formulam seus diagnósticos e propostas no campo das políticas alimentares (Quadro 1). A interpretação dos dados levou em conta tanto os conteúdos explícitos quanto os sentidos simbólicos e os posicionamentos políticos que atravessam as ações coletivas analisadas.

Interseccionalidade no ativismo alimentar

Na literatura sociológica, a desigualdade alimentar tem sido um conceito mobilizado para demarcar as diferenças sociais na produção, distribuição e consumo de alimentos, não sendo específica para a análise de gênero, raça e classe. Uma alternativa para interpretar as ações interseccionais da sociedade civil organizada é a análise do ativismo alimentar com a centralidade no papel das mulheres negras, que, por sua vez, têm pautado também a promoção da equidade de gênero, raça e classe como uma estratégia importante na superação das assimetrias no acesso à alimentação. Isso se faz necessário na medida em que injustiças, opressões e desigualdades – sistêmicas, sociais, epistêmicas, estruturais e raciais – se constituem de forma multidimensional.

Para compreender como o recorte de gênero, raça e classe entra em cena nos estudos alimentares, é oportuno retomar, ainda que brevemente, as confluências entre feminismo, antirracismo e a luta de classes na formação dos debates sobre os direitos civis (Lélia Gonzalez, 1984; Sueli Carneiro, 2003; 2011; Angela Davis, 2016; Djamila Ribeiro, 2017; Carla Akotirene, 2018).

Quadro 1 – Comparação entre as quatro organizações

Dimensão analítica	Movimento Afrovegano (MAV)	Ação da Cidadania	AMNB – Articulação de Mulheres Negras	MNSSAN – Rede de Mulheres Negras SAN
Ano de criação	2019	1993	2000	2010
Foco central	Afroveganismo e anticolonialidade	Combate à fome e justiça alimentar	Direitos das mulheres negras e políticas públicas	Agroecologia, justiça territorial e segurança alimentar
Escala de atuação	Local-comunitária e digital	Nacional e institucional	Nacional em rede	Local e territorializada
Práticas sociais	Oficinas, rodas de conversa, ativismo digital	Campanhas, distribuição de alimentos, articulação de redes	Formação política, incidência em políticas públicas	Práticas agroecológicas, redes comunitárias
Repertórios de ação	Produção de conteúdo, mobilização cultural, denúncia da necropolítica	Ações emergenciais e advocacy político	Mobilização em rede, interseccionalidade, visibilização	Saberes ancestrais, agroecologia negra, justiça ambiental
Eixos interseccionais	Raça, saúde, sustentabilidade	Raça, classe, fome	Raça, gênero, políticas públicas	Raça, gênero, território, meio ambiente
Valores orientadores	Descolonização, justiça racial, ética alimentar	Solidariedade, combate à fome, justiça social	Feminismo negro, interseccionalidade, justiça alimentar	Ancestralidade, soberania alimentar, autonomia
Perspectiva política	Antirracista, descolonial, epistêmica	Estruturalista, com abertura à crítica sistêmica	Feminista negra, interseccional	Territorial, antirracista, agroecológica

Fonte: Elaboração própria.

#PraTodoMundoVer O quadro contém cinco colunas e nove linhas em que são apresentados os seguintes dados: **o Movimento Afrovegano (MAV)** foi criado em 2019. Seu foco central são o afroveganismo e a anticolonialidade. A escala de atuação é local-comunitária e digital. As práticas sociais ocorrem por meio de oficinas, rodas de conversa e ativismo digital. Seus repertórios de ação estão voltados para produção de conteúdo, mobilização cultural, denúncia da necropolítica. Os eixos interseccionais são raça, saúde, sustentabilidade. Os valores orientadores são descolonização, justiça racial,

ética alimentar e a perspectiva política é antirracista, descolonial e epistêmica. A **Ação da Cidadania** foi criada em 1993. Seu foco central está voltado ao combate à fome e à justiça alimentar. A escala de atuação é nacional e institucional. As práticas sociais consistem em campanhas, distribuição de alimentos e articulação de redes. Os repertórios de ação são ações emergenciais e advocacy político. Os eixos interseccionais são raça, classe e fome. Os valores orientadores são solidariedade, combate à fome e justiça social, e a perspectiva política é estruturalista, com abertura à crítica sistêmica. A **AMNB – Articulação de Mulheres Negras** foi criada em 2000 e o foco central diz respeito aos direitos das mulheres negras e políticas públicas. A escala de atuação é nacional em rede e as práticas sociais estão voltadas à formação política e à incidência em políticas públicas. Os repertórios de ação são mobilização em rede, interseccionalidade e visibilização. Os eixos interseccionais são raça, gênero e políticas públicas. Os valores orientadores são o feminismo negro, a interseccionalidade e a justiça alimentar, e a perspectiva política é feminista negra e interseccional. A **MNSSAN – Rede de Mulheres Negras SAN** foi criada em 2010 e o foco central é voltado a agroecologia, justiça territorial e segurança alimentar. A escala de atuação é local e territorializada e as práticas sociais são práticas agroecológicas e redes comunitárias. Os repertórios de ação estão vinculados aos saberes ancestrais, à agroecologia negra e à justiça ambiental. Os eixos interseccionais são raça, gênero, território e meio ambiente. Os valores orientadores são a ancestralidade, a soberania alimentar e a autonomia, e a perspectiva política é territorial, antirracista e agroecológica.

Com a contestação da sociedade escravocrata e seu legado no domínio e processo de desumanização dos povos negros – que ainda segue em curso em muitas realidades (Penna; Lopes, 2023) –, movimentos revolucionários liderados por mulheres negras nos EUA apontaram que as opressões se combinam e se entrecruzam. Essa concepção de que as opressões devem ser investigadas a partir do recorte de gênero, raça e classe, resulta da crítica de mulheres negras organizadas à noção de feminismo liberal (bell hooks, 2015; Akotirene, 2018). As mulheres negras focalizaram a heterogeneidade das suas vivências e opressões sofridas como contraposição à ideia de homogeneidade e interesse em enquadrar todas as experiências de vida em um único feminismo liberal, representado, neste caso, pelas mulheres brancas de classe média.

O feminismo visto pela ótica das mulheres negras e sua heterogeneidade propõe que as dimensões gênero, raça e classe, quando combinadas, são responsáveis pela delimitação do tipo de vivência, opressão e subordinação (hooks, 2015). Nessa linha da lógica de opressão, Davis (2016) destaca que o sistema escravista definia o povo negro como propriedade e unidades de trabalho lucrativas, sendo conveniente percebê-los como desprovidos de gênero. As mulheres negras não eram reconhecidas plenamente como mulheres, mas como corpos que deveriam ser produtivos. Portanto, além de serem exploradas pelo trabalho compulsório, tinham que garantir, como reprodutoras, a ampliação da mão de obra escrava de seu proprietário (Gonzalez, 1984; Davis, 2016).

O pensamento feminista negro tem sido um recurso analítico produzido por mulheres negras para mulheres negras (Patricia Hill Collins, 2016), no qual o principal objetivo é o combate às opressões interligadas (Davis, 2016). Essas opressões tendem a ser naturalizadas no cotidiano de dominação e são resultantes dos processos de categorização das pessoas, ideias, coisas e condutas a partir das relações de diferenças e posições, como ocorre com as dicotomias branco/preto, sujeito, objeto, masculino/feminino, dentre outras. Collins aponta que o problema principal dessas relações de oposição é que elas são instáveis e apresentam caráter de subordinação de uma sobre a outra e, desse modo, branco domina negro, sujeito domina objeto, homem domina mulher etc.

A opressão vivenciada pela maioria das mulheres negras é moldada por seu status de subordinadas em meio a uma série de dualidades do tipo isto ou aquilo. Às mulheres afro-americanas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades e essa colocação tem sido central para a sua dominação persistente (Collins, 2016, p. 109).

Para romper com a persistência dessa opressão, uma saída é utilizar a heterogeneidade dos valores culturais, simbólicos e artísticos desses povos para compreender como as opressões de gênero, raça e classe operam de maneira entrelaçada no cotidiano social (Collins, 2016). Nessa perspectiva, tendo em vista que as opressões e desigualdades (sistêmicas, sociais, epistêmicas, estruturais e raciais) são também multidimensionais na sobrevivência dos povos negros, a abordagem interseccional, cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002), sinaliza importantes estratégias na análise das lógicas opressoras.

Na alimentação, isso significa compreender que, em virtude de fatores históricos de opressão, domínio e apagamento cultural, as mulheres negras enfrentam barreiras no acesso aos alimentos. As estratégias inovadoras para mitigar os impactos dessa assimetria na vida de mulheres negras e pobres têm colocado no primeiro plano da sociologia da alimentação o interesse pelo ativismo das mulheres negras.

Ainda que a noção de ativismo alimentar não tenha uma definição única na literatura especializada (Fátima Portilho, 2020), geralmente o termo é associado à formação de práticas corporais e discursivas que criticam as dimensões do sistema agroalimentar e que promovem assimetrias de poder; afetam os direitos das pessoas; são imorais; são antiéticas com os animais humanos e não humanos; desrespeitam as tradições; são insustentáveis com o planeta; estimulam doenças e baixa qualidade de alimentos, dentre outros (Michele Micheletti, 2003; Elaine de Azevedo, 2015; 2017; Carole Counihan; Valéria Siniscalchi, 2014; Portilho; Micheletti, 2019; Portilho, 2020).

Com o intuito de problematizar a noção de ativismo alimentar e seu aspecto político de consumo, Maycon Schubert e Portilho (2023) destacam que nem todos os ativismos são necessariamente democráticos e/ou progressistas. Os autores propõem a caracterização do fenômeno a partir de elementos menos dualistas ou deterministas, e que busquem levar em consideração o envolvimento pessoal, coletivo e institucionalizado com a prática alimentar. Diante disso, definem ativismo alimentar como:

Um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (Schubert; Portilho, 2023, p. 19-45).

Mas como esse fenômeno social amplo se relaciona com a promoção da equidade de gênero, de raça e de classe no sistema alimentar? Inúmeros exemplos empíricos demonstram que os ativismos alimentares estão voltados para a mobilização social e para a transformação do sistema alimentar. Eles demonstram que o ativismo alimentar pode auxiliar na resolução dos problemas de desigualdade social que persistem no acesso aos alimentos saudáveis e sustentáveis. Portanto, tendo em vista que a insegurança alimentar e nutricional é um problema social e político, e não um problema de escassez de alimentos, a sua superação precisa estar vinculada às estratégias de inclusão que coloquem em primeiro plano o protagonismo dos grupos mais vulneráveis, a exemplo das mulheres negras pobres. E as políticas públicas podem ter um papel determinante nesse sentido.

Aprendendo com as mulheres negras

Dimensões como equidade de gênero e raça na alimentação têm feito parte das iniciativas de grupos de pesquisa, coletivos e sociedade civil organizada, mas de maneira articulada com outros temas que também vêm sendo potencializados especialmente através de ativismos alimentares, como é o caso da justiça alimentar (Motta, 2021; Motta; Eloísa Martín, 2021). Isso se deve à diversidade de movimentos e grupos que identificam as injustiças no sistema alimentar como fatores que potencializam a perpetuação das desigualdades alimentares. Em razão disso, esses movimentos têm buscado soluções articuladas junto a outras iniciativas aproximadas como um tipo de estratégia na superação dessas desigualdades (Motta, 2021). A diversidade de ativismos alimentares congrega movimentos sociais com atuações particulares, mas que seguem interligados a outros problemas urgentes no debate alimentar, como as questões de saúde, equidade, sustentabilidade, soberania alimentar, desigualdades de classe, feminismo, movimento negro, veganismo etc. (Santos, 2022).

Nessa linha, a análise comparada dos ativismos promovidos pelo Movimento Afro Vegano (MAV), Ação da Cidadania, Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) e Rede

de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional (MNSSAN) revela um campo diverso, articulado por diferentes frentes de enfrentamento das desigualdades alimentares no Brasil. Essas organizações mobilizam práticas, discursos e estratégias que evidenciam como as disputas transcendem o acesso a alimentos e passam a ser compreendidas como disputas por reconhecimento, redistribuição e reconstrução de sentidos culturais, políticos e identitários.

Criado em 2019, o Movimento Afro Vegano (MAV) se configura como uma experiência singular de ativismo alimentar afrocentrado, estruturado na proposta política do afroveganismo. Mais do que uma escolha dietética, o afroveganismo, aqui, é compreendido como forma de resistência à colonialidade alimentar e à necropolítica dirigida à população negra. O movimento atua na interseção entre saúde, soberania alimentar, justiça racial, inclusão digital e sustentabilidade, ao mesmo tempo que denuncia o apagamento histórico dos saberes alimentares africanos e afro-brasileiros (Santos, 2022). Assim, propõe não apenas práticas alimentares alternativas, mas um reposicionamento ético e epistêmico frente à produção de alimentos e à construção de políticas públicas.

No quesito luta por equidade, o afroveganismo tem chamado a atenção para as diferenças no acesso à alimentação por parte das mulheres negras e pobres. Como solução, os ativistas têm: investido em estratégias e mecanismos para a promoção do resgate da ancestralidade na alimentação, com o intuito de reformar os aspectos culturais da alimentação que têm sido apropriados por grandes empresas, cozinheiros e celebridades; estimulado a autonomia na produção, preparação e consumo dos alimentos, principalmente no cultivo de alimentos básicos; estimulado e fortalecido iniciativas de afroempreendedorismo,⁴ com a prioridade voltada ao consumo de produtos comercializados por pessoas negras, principalmente mulheres; ajudado na formação e ampliação de redes de apoio na busca por emprego, bem como denunciado práticas racistas ou exploratórias no comércio de modo geral, dentre outros.

Cabe apontar que a luta pela equidade adotada pelo afroveganismo nas mídias busca incluir outras minorias sociais também, como é o caso da comunidade LGBTQIA+. Em 2020, o movimento realizou uma série de postagens e *lives* em que debatia as relações entre LGBTQIA+ e veganismo, refletindo sobre as intensas desigualdades, sobretudo dentro do próprio veganismo, com as quais essas minorias precisam lidar (Santos, 2022).

É necessário considerar que a busca por alimentos mais saudáveis e sustentáveis gera novas demandas nos ambientes alimentares e estimula a reconexão entre os produtores e consumidores. Além disso, essas novas demandas influenciam a formação de redes de confiança e solidariedade (David Goodman; Melanie E. Dupuis; Michael K. Goodman, 2012; Motta, 2021). Não é por acaso que, sobretudo em situações de crise, as redes de solidariedade⁵ são fundamentais para aliviar as mazelas da fome, como demonstraram as experiências de doação de alimentos pelo Movimento Sem Terra e as Cozinhas Solidárias.

Outro exemplo nesse sentido é o da Ação da Cidadania. Fundada em 1993, por iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, o Ação da Cidadania representa um modelo mais institucionalizado de ativismo alimentar, com forte presença histórica no combate à fome e capacidade de articulação em escala nacional. Embora sua origem remonte à mobilização emergencial da sociedade civil em contexto de insegurança alimentar extrema, a organização tem, mais recentemente, ampliado seu escopo de ação, incorporando de forma crescente os marcadores de raça, classe e gênero como dimensões estruturantes da desigualdade alimentar. Esse movimento de ampliação revela uma inflexão significativa: da assistência à crítica estrutural, da segurança alimentar à justiça alimentar, demonstrando a plasticidade das organizações históricas diante dos novos desafios do campo alimentar.

No dia 9 de março de 2023, juntamente com 50 lideranças de mulheres negras de favelas da cidade do Rio de Janeiro - RJ, a organização recebeu a visita da socióloga e atual primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, e das equipes do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério

⁴ O afroempreendedorismo é um termo usado para caracterizar um nicho de mercado formado por empreendedoras e empreendedores negros e negros. De outro modo, é uma definição que incorpora as estratégias de construção e manutenção dos empreendimentos e negócios gerenciados por pessoas negras, com o objetivo de comercializar para toda a sociedade. O termo tem sido utilizado e politizado por movimentos sociais que buscam maior visibilidade e igualdade no acesso de pessoas negras às oportunidades de mercado. Conforme aponta a pesquisa Afroempreendedorismo no Brasil, realizada pelo movimento Black Money (2021), incentivados pela RD Stationz, cresceu o número de pessoas negras liderando mercados no Brasil. Mesmo como um percentual expressivo na taxa total de empreendedores no país, 39% para negros/pardos e 37,8% para brancos, as pessoas pretas e pardas precisam lidar com problemas crônicos de desigualdade nesse ramo. Por exemplo, destacam-se o racismo estrutural e institucional como fatores limitantes da atuação no mercado, o menor acesso ao crédito em comparação a pessoas brancas, sendo que parcela dessas pessoas vive em condição de vulnerabilidade social etc. É importante destacar ainda que, entre os que se enquadram na categoria do afroempreendedorismo, 61,5% são mulheres que têm utilizado essa oportunidade para alimentar a família (Movimento Black Money, 2021). Disponível em <https://movimentoblackmoney.com.br/>. Acesso em 09/05/2023).

⁵ O termo é usado neste documento para caracterizar as iniciativas de cidadãos, associações, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições públicas, privadas, universidades e outras instâncias que se organizam coletivamente na promoção da igualdade alimentar e sustentabilidade ambiental.

do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Na ocasião, houve o debate coletivo sobre a urgente necessidade da formulação de políticas alimentares integradas para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional para mulheres e famílias negras. No âmbito alimentar, essa ação de cooperação entre ministérios e a sociedade civil organizada foi pontual, mas ela apresenta alguns elementos indispensáveis para a construção de políticas mais igualitárias em todo o Brasil. Nesse sentido, o principal passo seria compreender a fome no país a partir do seu aspecto interseccional e considerar tanto a atuação de outros setores do Estado, quanto a participação de movimentos, organizações e da sociedade civil organizada na formulação, execução e acompanhamento das políticas alimentares.

Além dos exemplos mencionados (Afroveganismo e Ação da Cidadania), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) vale também ser apresentada como uma iniciativa importante na promoção da equidade de gênero no Brasil. A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) foi formada em 2000 como uma rede de incidência política voltada à garantia dos direitos das mulheres negras no Brasil. Com atuação expressiva em diversas frentes, a AMNB tem se destacado na luta por maior participação das mulheres negras nas políticas públicas de alimentação. Sua estratégia combina visibilização, formação política e mobilização em rede, compondo uma atuação interseccional que denuncia o racismo institucional e o sexismo estruturais presentes nas políticas públicas, sobretudo nas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

No âmbito alimentar, essa articulação vem lutando contra a insegurança alimentar e nutricional que afeta as mulheres negras e, em dezembro de 2022, a AMNB apresentou uma carta ao presidente Lula na qual destaca, dentre outras coisas, o papel das mulheres negras nos resultados da última eleição. Nesse relatório, a organização chamou a atenção, ainda, para as opressões de classe, raça e gênero com as quais as mulheres negras precisam lidar diariamente, ressaltando as implicações dessas opressões nas condições de insegurança alimentar com que essas mulheres precisam conviver. Assinado coletivamente por 49 organizações de mulheres negras espalhadas pelas cinco regiões do Brasil, a carta teve como intuito apresentar demandas por maior participação no desenvolvimento de políticas públicas mais representativas, interseccionais, transversais, com viés racial e de gênero.

Já a Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional (MNSSAN), por sua vez, surgiu em 2010, fruto do acúmulo de organizações de base e movimentos de mulheres negras articuladas em torno da agroecologia, do acesso a terra e da justiça territorial. Inserida em um ativismo agroecológico e territorializado, a MNSSAN fortalece práticas alimentares comunitárias e saberes ancestrais, promovendo um enfrentamento direto às lógicas de expropriação, monocultura e racismo ambiental. Ao conectar segurança alimentar com território, ancestralidade e autonomia, a rede expressa uma visão radicalmente transformadora da política alimentar.

O principal destaque da atuação dessa rede está na luta pela garantia de políticas públicas voltadas à soberania e à segurança alimentar e nutricional para os povos negros, sobretudo mulheres. Para isso, essas ativistas atuam em conjunto com outras iniciativas alimentares, como ocorre com o diálogo com juventudes ativistas pela alimentação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Observatório da Alimentação Escolar, dentre outros. Como expressão desses avanços, no caso do Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 2023, ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar “Defesa da Segurança Alimentar e Nutricional”, comandada pela deputada estadual pelo partido dos trabalhadores (PT), Laura Sito, uma mulher negra que tem uma trajetória extensa de atuação no Estado contra as desigualdades alimentares.

Na ocasião, houve um momento de fala com a participação de Maria Noelci Homero, uma ativista pelo direito das mulheres negras à alimentação adequada e pelo enfrentamento ao racismo em rede feminista, e representante da MNSSAN no Rio Grande do Sul. A ativista destacou a necessidade de incremento das discussões de gênero e de raça na atuação da Frente Parlamentar, sinalizando que é necessário dar visibilidade à atuação das mulheres negras na condução de defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional. Além disso, ela defendeu a necessidade de políticas integrais e inclusivas no combate às desigualdades alimentares que afetam principalmente as mulheres negras e pobres. A ativista finalizou sua fala reforçando a necessidade de “comida para todos os povos e que respeitem as individualidades e culturas de cada um”. Esses espaços de aproximação dos atores estatais com o ativismo de mulheres negras têm sido fundamentais para a visibilização dessas iniciativas e reconhecimento das especificidades das demandas apresentadas por essas mulheres. As ativistas, por sua vez, utilizam essas oportunidades para tensionar temas urgentes como a luta pela equidade de gênero, de raça e de classe na formulação de políticas públicas para a alimentação.

Em conjunto, essas quatro organizações operam em diferentes escalas – do identitário ao institucional, do comunitário ao nacional – e por meio de distintas formas de mobilização, mas compartilham um mesmo horizonte político: a transformação do sistema alimentar a partir da centralidade das populações historicamente marginalizadas. Ao deslocarem o foco do direito à alimentação para os conceitos de justiça alimentar, soberania alimentar e autodeterminação

dos povos, essas experiências contribuem para a construção de um novo paradigma de políticas alimentares, ancorado na interseccionalidade, na pluralidade epistêmica e na resistência ao racismo estrutural. Trata-se, portanto, de ativismos que não apenas lutam por comida, mas disputam futuros.

Apesar das diferenças em suas trajetórias e formas organizativas, os casos analisados compartilham categorias analíticas transversais que funcionam como eixos comparativos relevantes. Entre as **práticas sociais**, destacam-se atividades comunitárias, como feiras, oficinas e campanhas, além da produção e circulação de alimentos enquanto formas de resistência, com forte presença do ativismo digital e da mobilização em rede. Em termos de **valores**, observa-se o compromisso com a justiça racial, de gênero e social, a centralidade da ancestralidade, do território e da autonomia, bem como a valorização dos saberes tradicionais e das epistemologias do Sul. Já os **repertórios de ação** comuns incluem a incidência política institucional – por meio da participação em conselhos e da formulação de políticas públicas –, a mobilização em redes que envolvem organizações de base, coletivos e movimentos sociais e, ainda, estratégias como a denúncia pública, a formação política e o uso de narrativas contra-hegemônicas.

A análise comparada permitiu, ainda, compreender como diferentes formas de ativismo alimentar respondem às desigualdades estruturais com estratégias distintas, mas convergentes em seu horizonte político. Trata-se de um campo em disputa, no qual o alimento deixa de ser apenas um bem material e se transforma em território de luta, memória e futuro. Assim, os movimentos sociais, grupos, cooperativas e iniciativas alimentares têm se alinhado às ações de promoção de combate à insegurança alimentar e nutricional, buscando viabilizar o acesso, sobretudo das minorias sociais, aos alimentos saudáveis, justos e sustentáveis (Motta, 2021).

Entre tantas outras coisas, isso revela o potencial da diversidade dos ativismos para induzir a construção de novas políticas e ações públicas no sistema alimentar. Nessa ótica, a diversidade na formulação de políticas permite lançar um olhar ampliado para as diferentes ausências e urgências no âmbito da alimentação nas mais distintas realidades. Somadas à necessidade de ações do Estado no aumento da renda e ampliação do acesso aos alimentos saudáveis, as experiências coletivas – como essas apresentadas – precisam ser estimuladas e devem superar de maneira conjunta os desafios na democratização dos acessos aos alimentos saudáveis. Ademais, deve, também, ser uma pauta estimulada em conjunto por essas próprias iniciativas, a fim de compor uma ampla rede de defesa comum desse problema social que necessita de urgência na busca por soluções via políticas alimentares.

Comida, gênero e reparação: políticas para superar a insegurança alimentar das mulheres negras

Com a mobilização intersetorial na superação do desmantelamento das políticas alimentares iniciado em 2014 (Cátia Grisa; Silvio Porto, 2023), as ações em parceria com as iniciativas populares no combate das desigualdades alimentares no Brasil têm sido frequentes. No entanto, esses avanços ainda são muito incipientes, merecem cautela e sinalizam importantes desafios a serem enfrentados no cenário político e econômico do país.

A promoção da equidade de gênero, de raça e de classe na alimentação deve ser uma proposta conectada a outras estratégias de combate à insegurança alimentar, tendo em vista os problemas estruturais de direito civil que permeiam sua dinâmica. A preocupação com o futuro alimentar não deve estar estritamente direcionada para a crítica aos modos de produção, comercialização, preparação e consumo dos alimentos, mas deve abarcar, igualmente, os impactos dessas dinâmicas no meio ambiente, saúde e sociedade. No destaque para o aspecto social, urge reflexões sobre as relações das práticas e escolhas alimentares com a perpetuação das desigualdades sociais, principalmente no acesso das mulheres negras e pobres aos alimentos.

Ativismos alimentares de mulheres negras e iniciativas que politizam a alimentação a partir da sobreposição de problemas sociais como estratégia de mudança, como é o caso das ações citadas do Movimento Afro Vegano, Ação da Cidadania, Articulação de Organizações de Mulheres Negras e da Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional, reforçam a necessidade de avançar na construção/ampliação de políticas alimentares integradas. Na prática, experiências como essas poderiam compor um conjunto de ações da sociedade civil organizada, apoiadas pelas políticas públicas formuladas no âmbito intersetorial (Niederle, 2023), e poderiam auxiliar na construção, formulação e avaliação de políticas alimentares com foco na inclusão de mulheres negras e pobres.

A incorporação das dimensões de gênero, raça e classe como eixos estruturantes na formulação de políticas públicas voltadas à superação da insegurança alimentar não constitui apenas uma diretriz técnica, mas um imperativo ético-político de reparação histórica diante do apagamento sistemático da população negra (Davis, 2016; Carneiro, 2023) nos processos decisórios do Estado. Trata-se de reconhecer que as mulheres negras e em situação de pobreza vivenciam a insegurança alimentar de modo interseccional – ou seja, a partir da sobreposição de

múltiplas formas de opressão que se manifestam de forma simultânea e desigual. Essa condição demanda abordagens situadas, capazes de captar as singularidades dessas experiências e formular respostas integradas que articulem justiça social, alimentar e racial.

A precariedade da renda entre mulheres negras e chefes de família constitui um dos principais entraves estruturais à garantia do direito humano à alimentação adequada. Esse cenário revela não apenas disparidades econômicas, mas expressa a reprodução de um sistema de desigualdades interseccionais que marginaliza sujeitos com base em raça, gênero e classe. A inserção socioprofissional dessas mulheres, frequentemente marcada por ocupações informais, instabilidade e baixos salários, compromete diretamente sua capacidade de prover segurança alimentar a seus núcleos familiares. Nesse contexto, torna-se urgente a formulação de políticas públicas com enfoque intersetorial, capazes de articular justiça econômica, igualdade de gênero e equidade racial. O enfrentamento da insegurança alimentar, portanto, demanda não apenas ações setoriais no campo da alimentação, mas também o fortalecimento de estratégias que promovam o protagonismo feminino, reparação e a redistribuição de oportunidades no mercado de trabalho e no acesso aos recursos sociais.

Além do mais, a promoção da equidade de gênero, raça e classe no sistema alimentar brasileiro exige reconhecer que a insegurança alimentar que atinge desproporcionalmente as mulheres negras e pobres não é apenas um reflexo da exclusão socioeconômica, mas o resultado de um processo histórico e contínuo de expropriação e necropolítica. A expropriação – entendida aqui como o deslocamento forçado de direitos, territórios e condições de existência digna – atua em paralelo à necropolítica, que naturaliza a morte social e material de determinados corpos racializados e generificados. As mulheres negras chefes de família, especialmente mães solo, figuram como sujeitos cujas vidas são sistematicamente desvalorizadas pelo Estado, evidenciando como as políticas de (in)segurança alimentar operam seletivamente, decidindo quem come e quem morre de fome. Nesse contexto, medidas que visam à inclusão socioeconômica, ao combate ao racismo ambiental, à promoção da saúde e à valorização de iniciativas alimentares autônomas são mais do que respostas técnicas – são formas de resistência a uma lógica que transforma a fome em instrumento de controle e silenciamento. Avançar nessas frentes, portanto, é disputar o próprio projeto de sociedade, reconstruindo o sistema alimentar a partir de um paradigma de justiça e reparação histórica.

A grave crise de insegurança alimentar e nutricional que tem afetado, majoritariamente, as mulheres negras no Brasil, é o reflexo da persistência das assimetrias de poder e do privilégio branco,⁶ devendo ser superados em caráter de urgência. É preciso garantir comida frequente e saudável na mesa das mulheres negras e pobres nas mais distintas realidades do país. Para isso, vale lembrar que estamos mais uma vez em um cenário positivo de maior possibilidade de diálogo da sociedade com o poder público, ou seja, agora é a hora de reforçar as lutas contra a insegurança alimentar e nutricional.

A preocupação com a produção no sistema alimentar deve estar alinhada à concepção de igualdade social e, neste caso, significa dizer que o programa nacional de estímulo da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, em promoção pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também é um momento ímpar para colocar em prática ou até mesmo construir as políticas alimentares com recorte de raça, classe e gênero, intersetoriais e com maior participação social. Como seria isso? Com a maior aproximação do poder público às discussões sobre afroempreendedorismo, equidade de gênero, de raça e de classe na alimentação, racismo ambiental, luta pela terra, agroecologia, agricultura familiar, ativismos alimentares de mulheres negras, dentre outros, pois são alguns eixos que seguem na denúncia e luta contra a persistência dos problemas de desigualdades na alimentação.

Superar a insegurança alimentar requer, portanto, uma transformação profunda nas bases do modelo agroalimentar dominante. Isso implica romper com a lógica produtivista e mercantil que guia as políticas agrícolas e alimentares, valorizando as racionalidades ecológicas e culturais do campesinato negro e reconhecendo a centralidade das mulheres negras na reprodução da vida e da alimentação. A reparação histórica, nesse contexto, não pode ser vista como um gesto simbólico, mas como uma política efetiva de redistribuição de terras, recursos e poder. A articulação entre justiça territorial, equidade racial e soberania alimentar pode ser um caminho profícuo para enfrentar de maneira estrutural a fome no Brasil e construir sistemas alimentares mais justos, diversos e sustentáveis.

Diferentemente das políticas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional criadas no começo dos anos 2000, o contexto atual exige que as dimensões raça e gênero

⁶ Esse termo se relaciona ao privilégio branco para caracterizar as posições de poder e privilégio ocupadas pelas pessoas brancas em sociedades que são racializadas e estratificadas pela raça. Em outros termos, a palavra caracteriza o processo histórico de dominação dos povos brancos sobre os negros, justificado pela noção de meritocracia, que explica essa dominação a partir da competência das pessoas brancas, mas desconsidera as assimetrias nos acessos aos espaços de tomada de decisão e poder (Penna; Lopes, 2023). Na prática, o termo sinaliza que o que ocorre de fato é a perpetuação do lugar de inferiorização ocupado pelos negros nas sociedades, principalmente com tentativas de negar ou minimizar a existência do racismo (Gonzalez, 1984; Penna; Lopes, 2023).

sejam consideradas nas políticas alimentares. Assim sendo, as diferentes instâncias, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional – CONSEA, dentre outros, têm o importante papel de dar visibilidade, centralidade e levar adiante as demandas das mulheres negras sobre a necessidade e urgência de políticas voltadas para a promoção da equidade de gênero, de raça e de classe na alimentação.

Agradecimentos

Agradeço as contribuições e diálogos junto ao Grupo de Pesquisa em Sociologia das Práticas Alimentares (Sopas), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do apoio do Instituto Ibirapitanga. Agradeço, também, à FAPEMIG, pelo apoio ao longo da escrita inicial deste artigo.

Referências

- AÇÃO DA CIDADANIA. “Relatório Anual”. *Ação da cidadania*, 2023. Disponível em <https://www.acaoacidadania.org.br>. Acesso em 04/05/2023.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018. (Feminismos Plurais)
- AMNB. ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. *Carta política da AMNB*. Brasília: AMNB, 2022.
- AZEVEDO, Elaine de. “O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo”. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 81-98, 2015.
- AZEVEDO, Elaine de. “Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos”. *Sociologias*, v. 19, n. 44, p. 276-307, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. “Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis?”. *Cepal*, 2022. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47912-repercusiones-america-latina-caribe-la-guerra-ucrania-como-enfrentar-esta-nueva>. Acesso em 10/05/2023.
- COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valéria. *Food Activism – Agency, democracy and economy*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. “The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more less expensive” *FAO*, Rome, 2022. Disponível em <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en/>.
- FOOD FOR JUSTICE. “Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”. *Food for Justice*, 2022. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20UFMG.pdf>. Acesso em 12/04/2023.
- GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. *Global Report on Food Crises 2023*. Rome: FSIN, 2023. Disponível em <https://www.fsinplatform.org/global-report-food-crises-2023>. Acesso em 10/05/2023.
- GOMES, Flávio dos Santos. “História, historiadores, ensino e pesquisa em História da Escravidão e da Pós-emancipação”. *Revista ABPN*, v. 8, p. 296-315, 2016.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. *Alternative food networks: knowledge, practice and politics*. Londres: Routledge, 2012.

GRISA, Cátia; PORTO, Silvio I. "Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira". *RESR-Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 3, 2023.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. "Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil". *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125-146, 2014. (Impresso)

hooks, bell. "Mulheres Negras: Moldando a teoria feminista". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193-210, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MICHELETTI, Michele. *Political virtue and shopping: individuals, consumerism, and collective action*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MNSSAN. Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Nutricional. *Manifesto político e agroecológico*. 2023. Disponível em <https://mnssan.org.br>. Acesso em 10/05/2023.

MOTTA, Renata. "Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life". *The Sociological Review*, v. 69, n. 3, p. 603-625, 2021.

MOTTA, Renata; MARTÍN, Eloísa. "Food and social change: Culinary elites, contested technologies, food movements and embodied social change in food practices". *The Sociological Review*, v. 69, n. 3, p. 503-519, 2021. DOI: 10.1177/00380261211009468.

NIEDERLE, Paulo A. "Políticas alimentares integradas e a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos". *SOPAS UFRGS*, Porto Alegre, 2023. Disponível em <https://www.ufrgs-sopas.com/post/pol%C3%ADticas-alimentares-integradas-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-sistemas-alimentares-saud%C3%A1veis-sustent%C3%A1veis>.

NUPENS. Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde. "Alimentos ultraprocessados e a insegurança alimentar no Brasil". *NUPENS USP*, 2022. Disponível em <https://www.fsp.usp.br/nupens/alimentos-ultraprocessados-e-a-inseguranca-alimentar-no-brasil/>. Acesso em 05/2023.

PENNA, Camila; LOPES, Ana Beatriz. "Branquitude e trabalho escravo na Serra Gaúcha". *SOPAS UFRGS*, Porto Alegre, 2023. Disponível em <https://www.ufrgs-sopas.com/post/branquitude-e-trabalho-escravo-na-serra-ga%C3%BAcha>.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *Uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pardas ou pretas sofre com a fome no Brasil. A situação é pior nos lares chefiados por mulheres pardas ou pretas*. 2023. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/uma-em-cada-cinco-familias-chefiadas-por-pessoas-autodeclaradas-pardas-ou-pretas-sofre-com-a-fome-no-brasil-a-situacao-e-pior-nos-lares-chefiados-por-mulheres-pardas-ou-pretas/>. Acesso em 10/07/2023.

PORTILHO, Fátima; MICHELETTI, Michele. "Politicizing Consumption in Latin America". In: BOSTRÖM, Magnus; MICHELETTI, Michele; OOSTERVEER, Peter (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Consumerism*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

PORTILHO, Fátima. "Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil". *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais)

RODRIGUES, Lorrany Santos; MIRANDA, Nayara Garcez; CABRINI, Danielle. "Obesidade e interseccionalidade: análise crítica de narrativas no âmbito das políticas públicas de saúde no Brasil (2004-2021)". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 7, 2023.

SABOURIN, Éric; MILHORANCE, Carolina; NIERDELE, Paulo; GRISA, Cátia; PEREIRA LEITE, Sergio; SCHNEIDER, Sergio. "Les politiques agricoles sous Bolsonaro". *Problèmes d'Amérique latine*, n. 119-220, p. 73-91, 2022.

SANTOS, Arthur Saldanha dos. *Ativismos digitais do Movimento Afro Vegano: uma análise das narrativas performáticas nas mídias sociais*. 2022. Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil.

SILVA, Silvana Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; COUTINHO, Gisele Ramos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SILVA, Natanael de Jesus. “A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 7, p. 1-14, 2022.

SCHUBERT, Maycon NoreMBERG; PORTILHO, Fátima. “Ativismo alimentar e consumo político alimentar pela ótica das práticas sociais”. In: SCHUBERT, Maycon NoreMBERG; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea – Consumo, mercados e ação pública*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. p. 19-45.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 243.

Arthur Saldanha dos Santos (arthursaldanha.ufrgs@gmail.com) é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em associação com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Participou da Equipe Editorial da Revista Contraponto, de 2019 a 2021. Entre 2020 e 2021, participou do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). Entre 2022 e 2024, foi pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa em Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS/UFRGS). Desde 2022 integra o Grupo de Pesquisa em Culturas Alimentares Digitais (Mesa Digital/Unimontes). Desenvolveu trabalhos nas áreas de Juventudes Rurais e Agricultura Familiar. Recentemente tem se interessado pelos estudos de ativismo alimentar, veganismos e ativismo alimentar digital, priorizando reflexões sobre os recortes de raça, classe e gênero nesses estudos.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

SANTOS, Arthur Saldanha dos. "Interseccionalidade e ativismos alimentares de mulheres negras no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e95718, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsa de Pós-doutorado júnior.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 29/07/2023
Reapresentado em 17/07/2025
Aprovado em 27/07/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Luzinete Simões Minella  0000-0001-7953-7385
